



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO DA 1ª REGIÃO
CRN - NÚCLEO ESTRATÉGICO (FUNDEF) (PRU1R/CRN/NUST)

TERMO Nº 00137/2026/PRU1R/PGU/AGU

NUP: 00410.115409/2021-31 (REF. 0003322-52.2017.4.01.3400)

INTERESSADOS: MUNICIPIO DE TIMBIRAS E OUTROS

ASSUNTOS: FUNDEB/FUNDEF/FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

INSTRUMENTO DE ACORDO

A **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pela Advocacia-Geral da União, doravante denominada **PRIMEIRA ACORDANTE**, e o **MUNICÍPIO DE TIMBIRAS/MA**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo seu Prefeito **PAULO VINÍCIUS LIMA DA SILVA** e pelo seu representante processual, com sede na Rua José Antônio Francis, nº. 15, Centro, Timbiras, no estado do Maranhão – CEP 65.420-000, ora, doravante denominado **SEGUNDO ACORDANTE**:

CONSIDERANDO a preservação do interesse público e em estrita observância aos princípios previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, balizadores da atuação estatal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a celebração do acordo judicial visa encerrar o litígio por ato voluntário das partes, reconhecendo que a autocomposição é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia;

CONSIDERANDO a autorização legal para a realização de acordos dada pelo art. 1º, §4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO as diretrizes da Portaria Normativa PGU nº 22, de 22 de agosto de 2024, que regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, o procedimento de celebração de acordos destinados a encerrar, mediante negociação, ações judiciais, ou a prevenir a propositura destas, que envolvam débitos da União.

CONSIDERANDO que a Procuradoria Nacional da União de Negociação da Procuradoria-Geral da União elaborou o Plano Nacional de Negociação nº 13, para fomentar a autocomposição em processos que tratam do recálculo do valor mínimo anual por aluno – VMAA do FUNDEF;

CONSIDERANDO o disposto na Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO que a formalização deste acordo foi autorizada Procurador-Geral da União substituto (Despacho 139), com base na delegação feita pelo Advogado-Geral da União (Portaria AGU nº 173, de 15 de maio de 2020);

CONSIDERANDO que o **MUNICÍPIO DE TIMBIRAS/MA**, por seu responsável, **concorda com os cálculos apresentados pela União com deságio 30%** e renuncia expressamente aos valores que excedem aos reconhecidos pela AGU, **declarando inexistir quaisquer direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem aos processos adiante especificados, dando ampla e geral quitação em relação aos mesmos**;

RESOLVEM celebrar o presente ACORDO, no bojo do processo judicial nº **0003322-52.2017.4.01.3400** em trâmite na 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, em face da União Federal, e submetê-lo à homologação judicial para lhe conferir eficácia de título executivo judicial e extinguir o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, *b*, do Código de Processo Civil.

I. DO OBJETO:

CLÁUSULA 01: O acordo tem como objeto a resolução das controvérsias travadas entre as partes no âmbito do processo judicial nº **0003322-52.2017.4.01.3400**, em que se discute o pagamento, pelo **PRIMEIRO ACORDANTE** ao **SEGUNDO ACORDANTE**, de verbas do antigo FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que possuía previsão na Lei nº 9.424/96;

CLÁUSULA 02: Os pontos controvertidos judicialmente, após tratativas entre as partes, serão resolvidos da seguinte forma:

I – Quanto à forma de liquidação do crédito ambas as partes concordam que o *quantum debeatur* será definido por simples cálculos aritméticos;

II – Quanto ao período da condenação, ambas as partes concordam que são devidas as diferenças apenas no interregno de **1998 a 2004**;

III – Quanto à necessidade de preenchimento dos requisitos da Lei nº 9.424/96, ambas as partes concordam haja a liberação dos valores sem a necessidade de demonstrá-los nos autos judiciais, permitida a fiscalização e o controle dos gastos públicos pelas instituições e órgãos competentes;

IV – Quanto à destinação do crédito recebido pelo SEGUNDO ACORDANTE, as partes concordam que sua aplicação seja vinculada aos objetivos do FUNDEF/FUNDEB, aplicando-se, em relação aos honorários advocatícios contratuais, o disposto no art. 22-A, Parágrafo único, da Lei nº 8.906/1994;

V – Ainda quanto à destinação do crédito, o SEGUNDO ACORDANTE se compromete a repassar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do valor do crédito aos profissionais do magistério, inclusive aposentados e pensionistas, na forma de abono, vedada a incorporação na remuneração, na aposentadoria ou na pensão, respeitando as diretrizes do Acórdão 1893/2022-TCU-Plenário, e na forma do art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 14.057/2020; art. 5º, parágrafo único da EC nº 114/2021, e Lei nº 14.325/2022;

VI – Quanto à incidência dos juros e correção monetária, ambas as partes concordam com todos os termos trazidos pelo **PARECER TÉCNICO Nº. 02067/2025/REPT/DISEP/PGU/AGU (SEQ 118-120)**, que encontrou como devido pela PRIMEIRA ACORDANTE o valor de **R\$ 37.709.110,49** (trinta e sete milhões, setecentos e nove mil, cento e dez reais e quarenta e nove centavos), já devidamente acrescido de juros de mora, a contar da citação inicial, da correção monetária e **com o deságio de 30%**, atualizados até novembro de 2025.

II. DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

CLÁUSULA 03: O PRIMEIRO e o SEGUNDO ACORDANTES concordam com os termos do presente acordo, delineados na Cláusula 02, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações que deles decorram.

CLÁUSULA 04: O SEGUNDO ACORDANTE renuncia aos direitos decorrentes do mesmo fato e fundamento jurídico que deram origem à demanda judicial nº **0003322-52.2017.4.01.3400**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O SEGUNDO ACORDANTE declarou que inexistem quaisquer direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à ação judicial em questão (recálculo do valor mínimo anual por aluno – VMAA do FUNDEF), inclusive no que se refere a valores relativos ao período não abarcado por este acordo, para nada mais reclamar sob o mesmo título, em qualquer espécie de ação ou execução individual ou coletiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O SEGUNDO ACORDANTE desiste de eventuais recursos com o mesmo objeto da demanda, inclusive de procedimentos administrativos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O SEGUNDO ACORDANTE dá ampla e geral quitação relativamente aos montantes devidos a título de recálculo do valor mínimo anual por aluno – VMAA do FUNDEF e renunciam expressamente aos valores que excederem aos reconhecidos pela AGU, inclusive a redução de X% (por cento) do valor estimado da condenação, conforme disposto na Cláusula 02.

PARÁGRAFO QUARTO: O SEGUNDO ACORDANTE se compromete repor ao erário em caso venha receber valores referentes ao objeto do acordo em duplicidade.

CLÁUSULA 05: São obrigações do PRIMEIRO ACORDANTE:

I – Pagar à SEGUNDA ACORDANTE, na forma prevista no art. 100 da Constituição Federal, o montante de **R\$ 37.709.110,49 (trinta e sete milhões, setecentos e nove mil, cento e dez reais e quarenta e nove centavos)**, a título de diferença do repasse dos recursos do FUNDEF, atualizados com juros de mora e correção monetária até novembro de 2025; e

II – Encaminhar o presente Termo de Acordo para homologação judicial, conjuntamente com a SEGUNDA ACORDANTE, a fim de viabilizar a inscrição dos valores devidos em precatório judicial, o qual obedecerá a ordem cronológica, nos termos do art. 100 da Constituição e do art. 4º da Emenda Constitucional nº 114/2021, em três parcelas anuais e sucessivas de:

- a. 40% (quarenta por cento) no primeiro ano;
- b. 30% (trinta por cento) no segundo ano;
- c. 30% (trinta por cento) no terceiro ano.
- d.

CLÁUSULA 06: São obrigações do SEGUNDO ACORDANTE:

I – O depósito, movimentação, aplicação e prestação de contas dos recursos de que trata o Inciso I da Cláusula

05 deste Acordo deverá observar o que dispõe a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), c/c arts. 11, 69, §5º, 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional;

II – Previamente à utilização dos valores, elaborar plano de aplicação dos recursos compatível com este termo de acordo, com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), com os objetivos básicos das instituições educacionais (artigo 70, caput, da Lei 9.394/1996), e com o respectivo plano municipal de educação, em linguagem clara, com informações precisas e os valores envolvidos em cada ação/despesa planejada, podendo o cronograma se estender por mais de um exercício financeiro, não estando sujeito ao limite temporal previsto no artigo 21, *caput*, da Lei 11.494/2007 (Acórdão nº 2866/2018 – TCU – Plenário);

III – Dar a mais ampla divulgação do plano de aplicação dos recursos, à luz do princípio constitucional da publicidade, devendo dele ter comprovada ciência, ao menos, o respectivo Conselho de Controle Social do FUNDEB (previsto no artigo 33 e seguintes da Lei nº 14.113/2020), os membros do Poder Legislativo local, o Tribunal de Contas Estadual e a comunidade diretamente envolvida – diretores das escolas, professores, estudantes e pais dos estudantes;

IV - Os recursos de que trata este Acordo, enquanto não utilizados na finalidade a que se refere a Lei nº 14.113/2020, c/c os arts. 11, 69, 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 1996, deverão ser recolhidos integralmente à conta bancária do FUNDEB, a fim de lhes garantir a finalidade e a rastreabilidade, nos termos do item 9.2.2.1 do Acórdão nº 1962/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU;

V – Os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas dos Fundos cuja perspectiva de utilização seja superior a 15 (quinze) dias deverão ser aplicados em operações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, na instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de modo a preservar seu poder de compra (art. 24 da Lei nº 14.113/2020).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após a homologação do acordo, a versão final do Plano de Aplicação deve ser juntada aos autos judiciais com notificação da União (CRN) por e-mail;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O descumprimento do disposto neste Acordo, no art. 212 da Constituição Federal e nas Leis nº 9.394/96, e 14.113/20, sujeitará o Município às medidas de que tratam a alínea “e” do inciso VII do caput do art. 34 e o inciso III do caput do art. 35 da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções decorrentes da atuação dos órgãos de fiscalização e controle de que tratam os arts. 30, 31 e 32 da Lei nº 14.113, de 2020, bem como da apuração de eventual responsabilidade de seus agentes nos âmbitos administrativo, penal e cível.

III. DA FORMA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

CLÁUSULA 07: Para subsidiar a atuação dos órgãos mencionados no Parágrafo Único da Cláusula 06, os ACORDANTES, **no pedido de homologação do presente Acordo**, solicitarão ao juízo que encaminhe cópia deste Termo de Acordo ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, aos órgãos de Controle Interno do Município, ao Ministério Público Estadual e à representação do Ministério Público Federal no Estado do Piauí.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins do disposto no inciso V do art. 39 da Lei nº 14.113, de 2020, o SEGUNDO ACORDANTE se compromete a prestar informações acerca da aplicação dos recursos de que trata este Acordo no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

CLÁUSULA 8: Em relação ao pagamento de honorários advocatícios contratuais com verbas pagas por meio do presente acordo, deve ser observado o disposto no art. 22-A, parágrafo único da Lei nº 8.906, de 4 de junho de 1994, incluído pela Lei n. 14.365, de 2 de junho de 2022.

CLÁUSULA 09: Não são devidos honorários sucumbenciais relativos à fase de cumprimento de sentença no **Processo nº 0003322-52.2017.4.01.3400**;

CLÁUSULA 10: Está integralmente abarcado por este acordo o objeto do processo judicial de nº **0005336-21.2013.4.01.3700 - 3ª Vara Federal Cível da SJMA - Ref. ao NUP: 00460.001354/2017-19**, em que o SEGUNDO ACORDANTE **pleiteia diferenças de complementação de repasse de FUNDEF decorrente de recálculo do valor mínimo anual por aluno – VMAA em face do PRIMEIRO ACORDANTE**, de modo que há **RENÚNCIA** expressa por parte do SEGUNDO ACORDANTE de quaisquer direitos decorrentes da mencionada ação, nos termos do parágrafo primeiro da cláusula 4ª deste Termo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Após a homologação deste acordo, o SEGUNDO ACORDANTE deverá peticionar, no prazo de 15 (quinze dias) corridos, o pedido de renúncia ao objeto da ação nos autos dos processos nº **0005336-21.2013.4.01.3700**, encaminhando cópia da petição de renúncia ao objeto do processo ao Advogado da União subscritor do acordo.

CLÁUSULA 11: O presente Acordo será submetido à homologação judicial, implicando a extinção, com resolução de mérito (art. 487, III, b, do CPC), do Processo nº **0003322-52.2017.4.01.3400 (2ª Vara Federal Cível da SJDF)**

Ref. ao NUP: 004101154092021-31, em face da União Federal e do Processo nº 0005336-21.2013.4.01.3700 - 3ª Vara Federal Cível da SJMA - Ref. ao NUP: 00460.001354/2017-19;

PARÁGRAFO ÚNICO: A homologação do presente Acordo resolverá e porá fim às disputas, presentes ou futuras, entre as partes, atinentes ao objeto dos processos especificados nesta Cláusula.


CLÁUSULA 12: A eficácia do presente instrumento contratual encontra-se inarredavelmente condicionada à aceitação conjunta da proposta e à assinatura do acordo no âmbito do Cumprimento de Sentença n.º **0003322-52.2017.4.01.3400**, referente ao período de **01/1998 a 12/2004**, com renúncia expressa ao período de **01/2005 a 12/2006**, sendo ambos os instrumentos jurídicos material e funcionalmente coligados, de modo que devem ser interpretados e executados como negócios jurídicos interdependentes, formando um conjunto negocial uno e indivisível.

CLÁUSULA 13: Divergências de interpretação ou descumprimento dos compromissos decorrentes desse Acordo serão submetidas ao juízo da **2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, em face da União Federal.**

CLÁUSULA 15: Integra este Acordo o seguinte Anexo:

ANEXO: PARECER TÉCNICO Nº. 02067/2025/REPT/DISEP/PGU/AGU, (seq 118/120), contendo planilha elaborada pelo Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União

Brasília, 23 de janeiro de 2026.


Documento assinado digitalmente
 **SARA RAQUEL PIRES BISPO**
Data: 23/01/2026 16:42:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SARA RAQUEL PIRES BISPO
ADVOGADA DA UNIÃO

Assinado de forma digital por
MARCELLE DE ABREU
RODRIGUES:12257053710
Dados: 2026.01.23 17:02:06 -03'00'

MARCELLE DE ABREU RODRIGUES
COORDENADORA REGIONAL DE NEGOCIAÇÃO 1ª REGIÃO

PAULO VINÍCIUS LIMA DA SILVA
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBIRAS/MA

Documento assinado digitalmente
 **PAULO VINICIUS LIMA DA SILVA**
Data: 23/01/2026 11:51:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO ULISSES DE BRITTO AZÊDO
REPRESENTANTE PROCESSUAL DO MUNICÍPIO

Assinado de forma digital por JOAO
ULISSES DE BRITTO
AZEDO:80066720400
Dados: 2026.01.23 11:54:27 -03'00'

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00410115409202131 e da chave de acesso ae731f83